



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Grupo de Trabalho - Apreciação na especialidade dos projetos de lei do ensino superior politécnico

Relatório

20 de dezembro de 2022

Presencial

Audição de entidades no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)]

Professor Doutor Fernando Alexandre

Professor Doutor Tiago Santos Pereira

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Porfírio Silva (PS), deu as boas-vindas aos Professores, recordou a grelha de tempos da audição e lembrou as questões colocadas pelo Grupo de Trabalho (acessíveis através das páginas dos Projetos de Lei, no que respeita aos pedidos de contributos), solicitando que fossem também tomadas em consideração.

O Senhor Professor Doutor Tiago Santos Pereira referiu o seguinte, em síntese:

- O subfinanciamento do sistema limita a capacidade estratégica das instituições;
- Existe uma certa tendência para a harmonização institucional nos sistemas de investigação;
- Um recente relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a questão da precariedade das carreiras de investigação recomenda uma maior diversificação nas carreiras, nos processos de avaliação e nas formações;
- Em julho de 2022 foi firmado um acordo entre diversas entidades com vista à reforma da avaliação da investigação e o European Research Council (ERC), parte nesse acordo, irá alterar os critérios de avaliação nas suas candidaturas, no sentido de diversificar os mecanismos e os critérios de avaliação;
- Nas relações entre as instituições de ensino superior e as empresas, onde outrora se verificava uma transferência de tecnologia de um setor para outro, atualmente têm-se desenvolvido modelos de cocriação e a OCDE tem-se debruçado bastante sobre este modelo;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Para que os processos de cocriação se desenvolvam precisam de contextos institucionais adequados, de novos incentivos e de novas figuras institucionais, ou seja, de uma maior diversificação dos locais ou dos modelos onde se desenvolve a investigação;
- Não tem uma posição muito fechada em relação à outorga do grau de doutoramento pelos politécnicos, e reconhece-lhe qualidade de investigação, contudo considera que as propostas apresentadas tendem a ir numa direção que pode conduzir à alteração da sua missão inicial.

O Professor Doutor Fernando Alexandre referiu o seguinte, em síntese:

- As instituições de ensino superior e as novas universidades, criadas um pouco antes do 25 de abril, tiveram um papel muito importante nos quase últimos 50 anos e os institutos politécnicos são provavelmente o principal instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento das regiões e, num país supercentralizado são estas instituições que têm tido uma maior capacidade de transformação do nosso país;
- O conceito de sistema binário tem décadas e o mundo, o país e as instituições mudaram muito, o essencial é que as instituições tenham os instrumentos necessários para responder aos desafios das regiões onde estão inseridas, seja do ponto de vista da qualificação das pessoas, da interação com a sociedade ou das relações com a indústria;
- Considera que impedir os institutos politécnicos de conceder o grau de doutor e de desenvolverem programas doutorais fundamentais para o desenvolvimento da investigação constitui um limite ao seu desenvolvimento e à sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridos;
- Considera que a discussão entre investigação fundamental e aplicada é cada vez menos adequada, pois não existe qualidade de ensino se não houver boa investigação e não haverá boa interação com a indústria se não houver investigação e, por isso, considera que a qualificação do sistema binário é anacrónica, porque o que se exige às boas universidades é que tenham capacidade de responder aos desafios da sociedade, ou seja, que prossigam as mesmas finalidades para as quais os politécnicos foram criados inicialmente;
- Por outro lado, os politécnicos, para prosseguirem a sua missão inicial (uma investigação mais aplicada e profissional) têm de ter investigação, caso contrário não serão capazes de responder aos desafios da sociedade nem das empresas;
- Se os politécnicos consideram que a sua designação limita a sua capacidade de atuação, não vê problema na mudança da designação;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- A este respeito, propôs que a mudança para «universidades politécnicas» fosse condicionada também à outorga de doutoramentos;
- Considera que o que mais releva não é a manutenção do sistema binário, mas sim a autonomia das instituições para assegurar a diversidade de estratégias, a diversidade de instituições, com áreas de investigação diferentes, e com uma diversidade de relacionamento com a indústria para responderem aos diferentes problemas sociais.

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Topa Gomes (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Alfredo Maia (PCP).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Senhor Professor Doutor Tiago Santos Pereira referiu o seguinte, em síntese:

- O subfinanciamento do setor é o grande fator da incapacidade institucional de intervir;
- Deveriam existir modelos de financiamento alternativos bem como critérios de avaliação distintos para incentivar a diferenciação institucional;
- Se as instituições têm missões diferenciadas então deve avaliar-se de forma diferenciada essas missões, os resultados e os impactos obtidos, contudo o que se verifica é que as missões são diferentes, mas os modos de avaliação dos objetivos encontram-se harmonizados;
- E se, por um lado, se espera que os politécnicos tenham determinado tipo de impactos a nível local, os mecanismos de avaliação reforçam determinado tipo de indicadores de natureza mais académica;
- Considera que a diferença institucional é importante e o sistema binário é um garante dessa diferenciação;
- Considera ser fundamental existirem instituições fortes e será mais fácil construir instituições fortes se estas tiverem uma distribuição regional abrangente e perfis distintos.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Senhor Professor Doutor Fernando Alexandre referiu o seguinte, em síntese:

- A independência e a autonomia são centrais para os académicos e para as universidades, pois possibilitam a inovação;
- A lei de financiamento do ensino superior não tem sido cumprida e as instituições que mais cresceram nos últimos 10 anos, são as mais penalizadas pelo orçamento de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Estado, o que constitui um limite à autonomia das instituições que depende do financiamento;

- Outro problema ligado à autonomia é a dificuldade que as instituições têm em criar novos cursos, muitas vezes em áreas fundamentais, o que não quer dizer que a criação de cursos possa ser feita de uma forma totalmente liberalizada, mas a autonomia das instituições para prosseguirem a sua missão é fundamental;
- Considera que as universidades perdem demasiado tempo a negociar os seus orçamentos e que depois não se alcançam os resultados esperados;
- Em relação à diversidade considera que uma coisa são doutoramentos em empresas e doutoramentos fundamentais, outra questão é a distinção entre investigação fundamental e investigação aplicada, e podem existir cursos com perfis diferentes seja nas licenciaturas, seja nos mestrados, seja nos doutoramentos;

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2023

A Assessora

(Ana Montanha)